

SEM SAÍDA

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,

Professor Emérito das Universidades Mackenzie, Paulista - UNIP e Escola de
Comando e Estado Maior do Exército - ECEME, Presidente da Academia
Internacional de Direito e Economia e do Conselho de Estudos Jurídicos da
Federação do Comércio do Estado de S.Paulo.

Nos últimos dias, tive oportunidade de conversar com dois dos mais competentes economistas brasileiros, Roberto Campos e Samuel Hannan, assim como ler trabalhos por eles elaborados.

Roberto Campos, em artigo recentíssimo, entende esgotado o modelo presidencialista e propugna abertamente pela adoção do regime parlamentar de Governo, como forma de salvar o Brasil de uma inescrupulosa luta.

Anos atrás, debatemos os dois, em programa de televisão mediado por João Melão e Boris Casoy --era o período constituinte--

defendendo ele o presidencialismo e eu, por ser parlamentarista desde os bancos acadêmicos, este sistema de governo.

Os tempos demonstraram que o presidencialismo no Brasil ou leva à ditadura ou à ingovernabilidade e o notável humanista --uma das mais belas inteligências deste século-- rendeu-se agora à única solução capaz de impor responsabilidade para que o Congresso partilhe o ônus da gestão pública, com o controle do povo e de seus governantes.

De rigor, o parlamentarismo com dissolução incondicionada do Congresso, em casos de sucessivas quedas de Gabinete, com voto distrital e fidelidade partidária, com Banco Central autônomo e burocracia profissionalizada, funciona em todos os países civilizados do mundo, exceção feita aos Estados Unidos. É o mais democrático dos regimes. O parlamentarismo é o governo da "responsabilidade a prazo incerto" --só se sustenta um gabinete responsável-- enquanto o presidencialismo é o governo da "irresponsabilidade a prazo certo" --eleito um irresponsável ou o país se afunda, ou vive o trauma do "impeachment", à falta de mecanismos constitucionais de alternância no poder.

As conclusões, todavia, que levaram o eminente brasileiro a propugnar pelo parlamentarismo não são diferentes daquelas de

Samuel Hannan, vice-governador do Amazonas, único Estado que não apresenta "deficit público" no concerto nacional.

Em relatório que me mostrou, em análise macroeconômica, apresenta os seguintes dramáticos indicadores:

"	<u>1994</u>	<u>1999</u>
<i>PIB Brasileiro</i>	<i>US\$ 710-720 bilhões</i>	<i>US\$ 500-520 bi</i>
<i>Déficit Transações Correntes</i>	<i>(US\$ 1,15 bi)</i>	<i>(US\$ 29-30 bi)</i>
<i>Balança Comercial</i>	<i>US\$ 10,4 bilhões</i>	<i>(US\$ 0,8-1,0 bi)</i>
<i>Dívida Pública</i>	<i>19-20% PIB</i>	<i>(49-51% PIB)</i>
<i>Déficit Público</i>	<i>(3-4% PIB)</i>	<i>(9-10% PIB)</i>
<i>Desemprego</i>	<i>3,8% PEA</i>	<i>7,5-7,8% PEA</i>
<i>Déficit Previdência Pública</i>	<i>não disponível</i>	<i>3,9-4 PIB</i>
<i>Déficit Prev. Oficial (INSS)</i>	<i>não disponível</i>	<i>1,1-1,2% PIB</i>
<i>Serviço da Dívida Pública</i>		<i>R\$ 80 bilhões</i>
<i>Elevação da Carga Tributária</i>		<i>8% PIB</i>
<i>COFINS</i>	<i>2%</i>	<i>3%</i>
<i>CPMF/IPMP</i>	<i>-</i>	<i>0,38%</i>
<i>IRPF</i>	<i>15%</i>	<i>16,5</i>
	<i>25%</i>	<i>27,5</i>
<i>CSLL</i>	<i>8%</i>	<i>12%</i>
<i>IOF</i>	<i>Elevação</i>	<i>e ampliação da</i>
<i>abrangência</i>		

Venda/Alienação de Ativos +/- US\$ 80
bilhões".

Apesar de reconhecer mérito em alguns aspectos da estabilização monetária, conclui, todavia, que:

"- Não obstante os aumentos dos tributos, a alienação de grande parte das empresas públicas (principalmente as concessionárias de serviços públicos), a não concessão de reajustes salariais aos servidores federais, os resultados mostram, de forma clara que:

- a sociedade brasileira empobreceu;
- o desemprego praticamente dobrou;
- o endividamento público dobrou e já atingiu a 50% do PIB;
- o déficit público é 2,5 vezes maior e também já se aproxima de 10% do PIB;
- já se compromete com serviços da dívida 8% do PIB, ou seja quase 30% do total da arrecadação tributária dos três Entes Federativos".

Confortou-me, ao ler os dois eminentes mestres, ver que suas conclusões não diferem daquelas que há anos venho tentando mostrar --desde o meu artigo do "Protecionismo às avessas" publicado em revista especializada, tão logo o Ministro Ciro Gomes escancarou de vez com as barreiras alfandegárias do país,

reduzindo o imposto de importação de 13.000 produtos, sem solicitar contrapartida de qualquer país. O sucateamento do parque empresarial brasileiro e a brutal desnacionalização dos grupos que tinham permitido o crescimento do país até então, em tempos de alta inflação, foi o alto preço pago pela nação.

É bom dizer que o país nunca teve um processo "hiperinflacionário", mas apenas "superinflacionário". Naquele, o aviltamento da moeda provoca a desorganização da economia. A economia brasileira nunca se descompassou, em época da inflação elevada, pois tinha um elemento corretivo, não ideal é verdade, mas capaz de manter o país em atividade, que era a indexação. Servia para a Economia, como a insulina para o diabético.

Hoje, vivemos uma desastrosa realidade. Das cinco reformas estruturais, duas delas ficaram aquém do desejado (previdência e administrativa). O projeto da reforma do Judiciário é muito ruim e não vai equacionar os problemas processuais essenciais. O de reforma tributária, no que concerne ao ICMS, na visão do Deputado Mussa Demes --que fez um belo trabalho quanto às contribuições e direitos do cidadão-- criará mais problemas que o sistema atual e o do Secretário Everardo Maciel, que é melhor do que o do Deputado Mussa Demes, pois federaliza o IVA, como ocorrem em todas as Federações, não tem o apoio dos governadores dos Estados. A reforma política não interessa aos grupos

dominantes, pois a minoria do eleitorado detém a maioria do Congresso. Não caminham, pois, nem o voto distrital, nem a fidelidade partidária, nem a redução do número de partidos.

Por outro lado, o presidente da República é refém de seus aliados (PFL e PMDB) e seu partido não tem densidade suficiente para impor um programa sólido de governo.

Por fim, o corporativismo oficial interdita toda a tentativa de reduzir o tamanho do Estado e da Federação, com o que o esforço nacional da sociedade é cada vez maior para manter apenas os privilégios de burocratas e políticos.

As reportagens do Estado sobre a previdência demonstraram de forma dramática, como o povo esmagado se transformou em escravos produtores de tributos para sustentar as fantásticas aposentadorias de cada privilegiado no poder.

Parece-me, pois, que, sem forças e em anomia, o país está parado em encruzilhada. Perde a olhos vistos competitividade externa, não tem reservas cambiais suficientes e seus grupos nacionais fortes vão desaparecendo, devendo, já a partir do próximo ano, começar a suportar, em seu "balanço de pagamentos", o peso das

transferências dos lucros das empresas privatizadas para grupos estrangeiros.

O quadro, portanto, parece-me sem saída, à luz das estruturas institucionais de uma Constituição que privilegiou o Governo e não o povo, o atraso e não o progresso, as ideologias ultrapassadas e não os mecanismos de desenvolvimento futuro.

Como Roberto Campos dizia, em prefácio para livro meu, há 25 anos, a melhor forma de se evitar a fatalidade é enfrentar os fatos. Creio que se o país não começar a realmente enfrentar os fatos, em vez de pretender fantasiá-los com o manto diáfano da inconsistência, certamente começaremos o próximo século com a certeza de que a Constituição e seus governos tornaram o Brasil um país sem saída.